

Canadenses registram perdas com moratória

Toronto — O Banco de Montreal, o maior credor canadense do Brasil, anunciou ontem que incluiu na categoria de não-produtivos seus empréstimos de médio e longo prazo ao Brasil e todos os empréstimos ao Equador. O banco de Nova Scotia comunicou que também colocará seus empréstimos ao Brasil na categoria de não-produtivos, que corresponde à classificação de não-rentáveis adotada nos Estados Unidos.

O presidente do Banco de Nova Scotia, C. E. Ritchie, declarou que sua instituição "decidiu que seria prudente colocar a dívida brasileira numa base de operações à vista e desse modo só registrar rendimentos quando recebidos".

O Brasil deve 700 milhões de dólares ao Banco de No-

va Scotia e 1 bilhão de dólares ao Banco de Montreal, ao qual o Equador deve 75 milhões de dólares.

O Banco de Montreal informou que sua decisão significa uma redução de rendimentos, deduzidos os impostos, equivalente a 18,9 milhões de dólares no caso do Brasil e de 2,7 milhões de dólares no caso do Equador, no segundo trimestre terminado a 30 de abril. Disse o banco que sem essa inadimplência de 21,6 milhões de dólares, teria obtido um aumento geral na receita líquida da ordem de 5,8 milhões de dólares em relação ao mesmo período de um ano atrás.

O banco obteve uma renda líquida de 48 bilhões de dólares, contra 63,8 milhões no mesmo trimestre de 1986.

Virtualmente, todos os

grandes bancos norte-americanos colocaram os débitos do Brasil e Equador na classificação de não-rentáveis e aumentaram suas reservas para fazer face a perdas nas operações de empréstimo.

O Banco de Montreal anunciou rendimentos líquidos de juros durante o trimestre de 365,1 milhões de dólares, o que representa um declínio de 25,2 milhões em relação a um ano atrás. Disse o banco que a inadimplência de mais de 35,3 milhões de dólares em juros devidos pelo Brasil e Equador foi a principal razão do declínio.

O Banco de Nova Scotia disse ter sofrido uma redução na receita de juros líquidos nos primeiros três meses de cerca de 22,5 milhões de dólares como resultado da decisão do Brasil.